



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUL
9º BATALHÃO LOGÍSTICO
“BATALHÃO CIDADE DE SANTIAGO”**

**EDITAL DO LEILÃO Nº 001/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64130.000539/2019-84**

A Comissão Especial de Licitação designada pelo senhor **Tenente Coronel ROGÉRIO MARTINS MOURA**, Ordenador de Despesas do 9º Batalhão Logístico, promoverá, por meio de leilão, do tipo **MAIOR LANCE POR ITEM**, a alienação, por venda, de bens inservíveis constantes do Anexo I ao presente Edital, mediante leiloeiro público oficial **Sr. ALVARO MARQUES TEIXEIRA**, CPF 785.086.140-04 (leiloeiro oficial – JUCERGS 274/2011), em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 21.981/32, alterado pelo Decreto 22.427/33; Portaria Ministerial nº 305, de 24 de maio de 1995 (Instruções Gerais para a realização de licitações e contratos no âmbito do Exército Brasileiro - IG 12 – 02) e Portaria Ministerial nº 232, de 06 de abril de 2010 (Instruções Gerais para a Gestão de Material Inservível do Comando do Exército – IG 10-67), Decreto 9373/2018.

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO

1.1. LOCAL: Quartel do 9º Batalhão Logístico, localizado na Av Aparício Mariense, nº 345, Bairro Vila Nova, Santiago-RS, fone 55 3251 2852.

DATA: 29/08/2019

HORÁRIO: 09:00 horas (horário de Brasília).

2. DO LEILOEIRO OFICIAL

2.1. O Leiloeiro Oficial, habilitado através do **pregão eletrônico** nº 04/2019, do 9º Batalhão Logístico, UASG 160421, é o **Sr. ALVARO MARQUES TEIXEIRA**, CPF 785.086.140-04 matricula JUCERGS nº 274/2011, o qual possui contrato vigente com o 9º B Log.

2.2. O leiloeiro cobrará dos compradores a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor final do bem arrematado, conforme previsto no § 2º do artigo 42, do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Os licitantes que desejarem apresentar lance durante o procedimento licitatório, pessoa física, alcançada pela maioria civil, e pessoa jurídica, serão previamente credenciados, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

3.1.1. Pessoa física: carteira de identidade e o Cartão de identificação do Contribuinte (CIC ou CPF);

3.1.1.1. A pessoa física poderá ser representada, sendo necessária a apresentação, pelo representante, de instrumento particular de procuração com poderes



para se manifestar nome da representada, acompanhado de documento de identificação.

3.1.2. Pessoa jurídica:

3.1.2.1. Sendo o titular da pessoa jurídica, apresentará cédula de identidade ou outro documento de identificação, acompanhado do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso das sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado neste ultimo, de documento de eleições de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso se sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

3.1.2.2. Tratando-se de representante designado pela pessoa jurídica, este deverá apresentar instrumento particular de procuração com poderes para se manifestar em nome da representada, acompanhado de documento de identificação e do registro comercial, o caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado neste ultimo, de documentos de eleições de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

3.2. Cada representante deverá representar apenas um licitante.

3.3. Não poderão participar do certame pessoas físicas e jurídicas proibidas de participar de licitações e celebrar contratos Administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.1. É vedada a participação no leilão dos servidores civis e militares membros da comissão de leilão, diretamente ou indiretamente envolvidos no processo.

4. DO OBJETO

4.1. Os bens constarão de vários itens com características e preço mínimo para alienação, conforme descrição constante do anexo II – Relação do Material a ser alienado, que integra este Edital.

4.2. Os bens a serem leiloados enquadram-se como materiais inservíveis, conforme propugna o parágrafo único do artigo 2º da Portaria Ministerial nº 232, de 06 de abril de 2010 (Instruções Gerais para a Gestão de Material Inservível do Comando do Exército – IG 10-67) e tiveram sua descarga homologada pela 3ª Região Militar conforme Aditamento ao Boletim Regional constante do campo “Adt ao BR de homologação de descarga” do anexo I – Projeto Básico – deste edital.

4.3. Os itens a serem leiloados estarão expostos para visita/inspeção durante o horário de expediente do Órgão nos 3 (três) dias úteis que antecederem o leilão, e no dia do leilão das 08:00 às 09:00 horas.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Fica o licitante dispensado de apresentar os documentos de que tratam os artigos 28 a 31, da Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do disposto no artigo 32, § 1º, do aludido diploma legal.

5.2. Os arrematantes não poderão alegar desconhecimento das regras e das condições impostas por este edital e da legislação reguladora da matéria, especialmente das disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, com alterações posteriores e do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932, com as modificações posteriores.



6. CONDIÇÕES DE ARREMATACÃO E DE PAGAMENTO

6.1. Leilão presencial e/ou presencial e on-line (via internet) simultaneamente, conforme a solicitação da CONTRATANTE

6.2. O critério para arrematação de cada item será do tipo “**maior lance por item**”, a partir do preço mínimo fixado pela Administração.

6.3. Os lances serão verbais, considerando-se vencedor o licitante que houver oferecido o maior valor pelo lote/item não superado por outro, **o qual será acrescido de 5% (cinco por cento)**, que representa a Comissão do Leiloeiro Público Oficial.

6.4. Os bens leiloados serão vendidos no estado em que se encontram, sendo atribuição exclusiva do licitante verificar o estado de conservação dos veículos e suas especificações, não cabendo qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

6.4.1. Para isso o arrematante deverá preencher a declaração de vícios redibitórios, (anexo III) e o termo de vistoria (anexo V).

6.4.2. Não é de responsabilidade do leiloeiro nem do 9º Batalhão Logístico, quaisquer reparos, consertos ou mesmo providências para retirada/ou transporte dos bens arrematados.

6.5. Não serão aceitas desistências de lances vencedores, tendo em vista a oportunidade do arrematante de vistoriar os bens, isentando a União e o leiloeiro de quaisquer responsabilidades.

6.6. Os pagamentos serão **exclusivamente por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU)** as quais serão irretratáveis (não haverá a devolução dos valores pagos em razão de desistência da compra, descumprimento do Edital ou outros);

6.6.1. As Guias de Recolhimento da União (GRU) deverão ser pagas em qualquer agência do **Banco do Brasil**.

6.6.2. Fica estipulado o valor mínimo de 5% (cinco por cento) do valor do(s) bem(ns) arrematados, acrescido do valor destinado ao leiloeiro para o pagamento parcelado no ato do leilão, cumprindo o previsto no artigo 53, parágrafo 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e o prazo final de 2(dois) dias úteis para quitar o restante do pagamento.

6.6.3. Findo o prazo acima estabelecido, o arrematante não cumprindo a quitação da dívida, perde o direito sobre o bem arrematado e sobre o valor já pago, além das penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.6.4. Caso haja greve bancária e esta venha se estender até a data prevista para o leilão, os arrematantes poderão fazer o pagamento dos 5% (cinco por cento), bem como o valor restante, em dinheiro, ou em cheque de sua propriedade, não sendo admitido cheque de terceiros.

6.6.5. O caso que se refere o item 6.5.4 é exclusivamente em caso de greve bancária no período do leilão.

6.7. O vencedor do lance será identificado no ato do pagamento, por servidores do Leiloeiro, quando deverá fornecer a carteira de identidade, o Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC OU CPF), no caso de pessoa física ou o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ), expedida pela Secretaria da Fazenda, no caso de pessoa jurídica.



6.7.1. O arrematante, seja pessoa física ou jurídica, deverá fornecer, ainda, as informações que lhe forem solicitadas com relação a seu endereço e telefone para eventual contato.

7. DA ATA

7.1. Encerrado o leilão, será lavrada, ao final da reunião, ata circunstanciada na qual figurará o produto vendido, bem como a correspondente identificação do(s) arrematante(s) e os trabalhos desenvolvidos na licitação, em especial os fatos relevantes.

7.2. A ata será assinada ao término da reunião pelo Leiloeiro, pelos membros da Comissão Permanente de licitação e arrematante(s).

8. PENALIDADES

8.1. Findo o prazo concedido de 20 (vinte) dias corridos a contar da data de realização do leilão, serão acrescidos aos valores das arrematações 0,33% (zero vírgula trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, referente à multa de armazenagem até o limite de 30 (trinta) dias corridos, a partir do qual o arrematante perderá o bem em favor da União.

8.2. A falta de pagamento do valor de arrematação sujeita o licitante, além da multa anteriormente fixada, às seguintes penalidades, indicadas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração do Exército, pelo prazo de até 02(dois) anos;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública quando o arrematante deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, sendo mantida enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ocorrer na hipótese do licitante ressarcir à Administração do 9º Batalhão Logístico, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.

8.3. As sanções previstas nos subitem 8.2.2 e 8.2.3 poderão também ser aplicadas as empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela lei nº 8.666, de 1993:

I – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9. TERMO DE RESPONSABILIDADE

9.1. O arrematante ao receber o bem leiloado assinará um termo de responsabilidade (anexo IV), no qual constará a data, e o local da efetiva tradição do bem. A partir deste momento, o arrematante assumirá a responsabilidade civil, penal, demais encargos, multas, taxas, impostos e tributos decorrentes do bem ora entregue.



9.2. O arrematante vencedor obrigará-se à pela descaracterização dos sinais militares e regularização junto ao DETRAN, bem como a sua transferência, que deverá observar a legislação de trânsito em vigor.

9.2.1. Haverá, assim, a assunção pelo arrematante vencedor de todas as obrigações e despesas passadas e futuras, inclusive a decorrente da **descaracterização do veículo**.

10. DA ENTREGA DOS BENS

10.1. Os bens serão entregues aos arrematantes no momento que for comprovado o pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU) no valor integral dos bens arrematados, mediante apresentação do recibo de pagamento efetuado via internet, terminais de auto-atendimento ou no caixa do Banco do Brasil e do recibo de Pagamento da Comissão do Leiloeiro Público Oficial.

10.2. Os bens deverão ser retirados do local de armazenagem no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a arrematação do(s) veículos(s) no leilão, ficando o 9º Batalhão Logístico isento de qualquer disputa sobre eventuais danos ocorridos aos bens não retirados após o prazo estipulado.

10.3. Os arrematantes receberão os bens no estado e nos locais em que os mesmos se encontrem, correndo por sua exclusiva conta as despesas com impostos, remoção, transporte e quaisquer outras que vierem a incidir sobre a arrematação.

11. DA REGULARIZAÇÃO NO DETRAN

11.1. As despesas de regularização junto ao DETRAN correrão por conta do arrematante e a regularização será processada conforme legislação em vigor naquele departamento.

11.1.1. As determinações do subitem acima também englobam os veículos que nunca foram emplacados ou licenciados junto ao DETRAN.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A Comissão Especial de Licitação poderá, por motivos justificados, retirar do leilão qualquer dos lotes.

12.2. O Ordenador de Despesas do 9º Batalhão Logístico poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

12.3. Da decisão anulatória ou revogatória da presente licitação caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, conforme o artigo 109 da Lei nº 8.666/93;

12.4. Da decisão anulatória ou revogatória da presente licitação caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, conforme o artigo 109 da Lei nº 8.666/93;

12.5. É **proibido** ao arrematante do lance vencedor, ceder, permutar, vender, ou de qualquer forma negociar os seus bens arrematados antes da retirada dos mesmos do 9º Batalhão Logístico. **Não haverá, em hipótese alguma, substituição de recibos ou notas de arrematação;**



12.6. Todos os participantes do Leilão estarão sujeitos, em especial, aos artigos 90, 93 e 95 da Lei n.º 8.666/93 e suas modificações, às normas contidas nos Decretos. 21.981/32 e 22.427/33 e no artigo 335 do Código Penal Brasileiro.

12.7. O 9º B Log exime-se de qualquer obrigação decorrente do não cumprimento de compromissos contratuais assumidos pela parte arrematante perante o leiloeiro.

12.8. Quaisquer outras informações e esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como cópia integral do edital, serão colocados à disposição dos interessados, na Seção de Licitações do 9º Batalhão Logístico, localizado na Av Aparício Mariense, nº 345, Bairro Vila Nova, Santiago-RS, fone:(55) 3251 4316 ou (55) 3251 2852.

12.9. Será publicado no Diário Oficial da União, em jornal diário de circulação estadual e em jornal de circulação no município aviso de licitação contendo o resumo do edital do leilão.

12.10. Fica eleito o foro da cidade de Santiago, RS, Justiça Federal, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

12.11. Fazem parte deste edital como se transcritos fossem, os seguintes documentos anexos:

- 12.11.1.** ANEXO I– Projeto Básico;
- 12.11.2.** ANEXO II – Relação do Material a ser alienado;
- 12.11.3.** ANEXO III– Declaração de vícios redibitórios;
- 12.11.4.** ANEXO IV–Termo de Responsabilidade;
- 12.11.5.** ANEXO V – Termo de Vistoria;

Santiago-RS, 17 de julho de 2019.

ROGÉRIO MARTINS MOURA – Tenente Coronel
Ordenador de Despesas